

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• **Receitas de prestação de serviços**

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2024 R\$3.857 milhões, com aumento de 12% em relação ao ano anterior.

• **Resultado do semestre/exercício e por cota**

Em 2024, o resultado totalizou R\$ 231,5 milhões em relação ao resultado de R\$ (1) milhão do ano anterior, sendo que o resultado por cota foi de R\$ 13,88 em 2024.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios**Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio**

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		17.228.354	15.233.382	Circulante		15.030.937	14.296.881
Disponibilidades		219.648	489.888	Depósitos	14	227.632	314.278
Caixa e equivalentes de caixa	7	219.648	489.888	Depósitos interfinanceiros		-	200.090
Instrumentos financeiros		319.281	34.893	Depósitos a prazo		227.632	114.188
Títulos e valores mobiliários	8	159.089	22.154	Instrumentos financeiros derivativos	17	11.284	32.862
Instrumentos financeiros derivativos	17	160.192	12.739	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	944.096	2.019.109
Operações de crédito		3.515.816	3.102.026	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		944.096	2.019.109
Setor privado	9	4.861.301	4.409.655	Relações Interfinanceiras		10.646.819	9.080.926
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 (f)	(1.345.485)	(1.307.629)	Transações de pagamento	15	10.646.819	9.080.926
Outros créditos		13.136.602	11.523.640	Outras obrigações		3.201.106	2.849.706
Valores a receber relativos a transações de pagamento	9	12.932.210	11.379.247	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.952	5.297
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 (f)	(94.479)	(85.110)	Sociais e estatutárias	16.1	25.897	5.878
Diversos	10	298.871	229.503	Fiscais e previdenciárias	16.2	154.741	24.130
Outros valores e bens		37.007	82.935	Provisão para pagamentos a efetuar	16.3	130.276	96.850
				Diversas	16.5	2.885.240	2.717.551
Não circulante		2.090.359	1.899.724	Não circulante		3.184.577	1.816.510
Operações de crédito		1.026.884	1.029.840	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	3.058.193	1.762.015
Setor privado	9	1.077.398	1.098.040	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		3.058.193	1.762.015
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 (f)	(50.514)	(68.200)	Provisões para impostos e contribuições diferidas	18	63.784	174
Outros créditos		850.689	677.719	Outras obrigações		62.600	54.321
Ativos fiscais diferidos	11	800.019	630.588	Provisões judiciais	16.4.1	61.006	52.665
Diversos	10	50.670	47.131	Diversas	16.5	1.594	1.656
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	165.576	150.989	Patrimônio líquido		1.103.199	1.019.715
Intangível	13	47.210	41.176	Capital social	19	654.117	654.117
"Software"		48.707	32.120	Reservas de lucros		354.014	384.316
(-) Amortizações		(12.051)	(12.050)	Ajustes de avaliação patrimonial		95.068	(18.718)
Outros intangíveis		43.974	43.974				
(-) Amortizações		(33.420)	(22.868)	Total do passivo e patrimônio líquido		19.318.713	17.133.106
Total do ativo		19.318.713	17.133.106				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023		2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Caixa consumido pelas operações				
Resultado do semestre/exercício	137.441	231.494	63.966	(1.001)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(101.230)	(140.152)	-	(3.896)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(96.528)	(161.606)	439.205	797.610	Juros sobre captação de recursos pagos	(242.302)	(473.861)	(261.257)	(531.006)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.069)	(14.587)	(4.753)	(9.212)	Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	107.985	(11.910)	442.916	438.953
Amortizações	5.277	10.553	5.485	11.387	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(5.028)	(6.858)	321	(693)	Aquisição de imobilizado e intangível	(10.390)	(16.587)	(4.874)	(13.381)
Lucro líquido ajustado	34.093	58.996	504.224	798.091	Alienação de intangível	-	-	22.592	22.592
Variações de ativos e passivos	73.892	(70.906)	(61.308)	(359.138)	Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	(10.390)	(16.587)	17.718	9.211
Varição em títulos e valores mobiliários	362.858	(136.935)	30.985	11.050	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Varição em operações de crédito	(164.248)	(249.228)	(455.140)	(863.608)	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(60.200)	(248.601)	(40.779)	(139.095)
Varição em outros créditos	(1.636.394)	(1.785.932)	(1.280.966)	(1.561.899)	Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(60.200)	(248.601)	(40.779)	(139.095)
Varição em outros valores e bens	18.202	45.928	55.088	5.655	Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	37.395	(277.098)	419.855	309.069
Varição em instrumentos financeiros derivativos	(134.109)	(169.031)	(4.141)	20.123	Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(5.028)	(6.858)	321	(693)
Varição em depósitos interfinanceiros	-	(200.090)	(69.973)	200.090	Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	177.225	489.888	70.354	180.126
Varição em empréstimos e repasses	61.989	113.444	32.496	62.778	Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	219.648	219.648	489.888	489.888
Varição em obrigações por empréstimos e repasses	242.302	473.861	261.257	531.006					
Varição em outras obrigações	1.848.271	2.229.925	1.448.931	1.661.835					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica. Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano. Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

À Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Receitas da intermediação financeira		1.256.466	2.425.725	1.133.854	2.196.934
Operações de crédito	20	1.220.915	2.373.207	1.115.434	2.162.242
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		35.551	52.518	18.420	34.692
Despesas da intermediação financeira		(157.127)	(353.663)	(702.333)	(1.330.968)
Operações de captação no mercado	21	(253.655)	(515.269)	(263.128)	(533.358)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		96.528	161.606	(439.205)	(797.610)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.099.339	2.072.062	431.521	865.966
Outras receitas/(despesas) operacionais		(904.966)	(1.729.000)	(351.882)	(923.168)
Receita de prestação de serviços	22	707.554	1.351.901	611.065	1.182.438
Despesas com pessoal		(54.476)	(104.339)	(44.104)	(87.864)
Outras despesas administrativas	23	(388.898)	(712.822)	(315.652)	(651.679)
Despesas tributárias	24	(103.232)	(194.442)	(85.903)	(165.000)
Outras receitas operacionais	25	52.748	79.667	33.006	51.852
Outras despesas operacionais	26	(1.118.662)	(2.148.965)	(550.294)	(1.252.915)
Resultado de equivalência patrimonial	12	7.069	14.587	4.753	9.212
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		201.442	357.649	84.392	(47.990)
Imposto de renda	11.2	(47.081)	(167.300)	(1.341)	(1.341)
Contribuição social	11.2	(31.619)	(102.278)	(98)	(390)
Ativo fiscal diferido	11.2	31.729	180.870	(12.279)	62.505
Participações nos lucros		(17.030)	(37.447)	(6.708)	(13.785)
Resultado do semestre/exercício		137.441	231.494	63.966	(1.001)
Resultado do semestre/exercício por ação básico e diluído	29	8,2418	13,8819	3,8358	(0,0600)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (em milhares de reais)

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Resultado do semestre/exercício	137.441	231.494	63.966	(1.001)
Outros resultados abrangentes	71.788	113.786	(763)	(18.653)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Resultado com "hedge"	119.643	189.640	(843)	(30.660)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge"	(47.857)	(75.856)	335	12.262
Outros ajustes de avaliação patrimonial	4	4	(425)	(425)
Efeitos Tributários	(2)	(2)	170	170
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	209.229	345.280	63.203	(19.654)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutárias	Outras			
Saldo em 30 de junho de 2024		654.117	83.277	129.224	2.260	23.280	66.523	958.681
Dividendos intermediários - exercícios anteriores.....	-	-	-	(33.000)	-	-	-	(33.000)
Reconhecimento pagamento em ações.....	-	-	-	-	4.668	-	-	4.668
Ações outorgadas.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado com "hedge".....	-	-	-	-	-	71.786	-	71.786
Outros ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	-	2	-	2
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	-	-	137.441	137.441
Destinação do resultado:								
Reserva legal.....	19 (d)	- 11.575	-	-	-	-	(11.575)	-
Reservas estatutárias.....	-	-	156.010	-	-	-	(156.010)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	-	(4.379)	(4.379)
JCP intercalares (R\$ 1,70 por ação).....	-	-	-	-	-	-	(32.000)	(32.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		654.117	94.852	252.234	6.928	95.068	66.523	1.103.199
Saldo em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	(67)	(67)	1.175.841
Dividendos intermediários - exercícios anteriores.....	-	-	-	(65.000)	-	-	-	(65.000)
JCP - exercícios anteriores.....	-	-	-	(74.095)	-	-	-	(74.095)
Reconhecimento pagamento em ações.....	-	-	-	-	7.292	-	-	7.292
Ações outorgadas.....	-	-	-	-	(4.671)	-	-	(4.671)
Outros ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	-	(255)	-	(255)
Resultado com "hedge".....	-	-	-	-	-	(18.396)	-	(18.396)
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	-	-	(1.001)	(1.001)
Absorção prejuízos acumulados do exercício.....	-	-	-	(1.001)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		654.117	83.277	294.224	6.815	(18.718)	1.001	1.019.715
Dividendos intermediários - exercícios anteriores.....	-	-	-	(198.000)	-	-	-	(198.000)
Reconhecimento pagamento em ações.....	19 (d)	-	-	-	9.109	-	-	9.109
Ações outorgadas.....	-	-	-	-	(8.996)	-	-	(8.996)
Resultado com "hedge".....	-	-	-	-	-	113.784	-	113.784
Outros ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	-	2	-	2
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	-	-	231.494	231.494
Destinação do resultado:								
Reserva legal.....	19 (b)	- 11.575	-	-	-	-	(11.575)	-
Reservas estatutárias.....	19 (b)	-	156.010	-	-	-	(156.010)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	19 (c)	-	-	-	-	-	(4.379)	(4.379)
JCP intercalares (R\$ 1,70 por ação).....	19 (c)	-	-	-	-	-	(59.530)	(59.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		654.117	94.852	252.234	6.928	95.068	66.523	1.103.199

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

A Instituição possui a seguinte participação:

Classificação	Consolidação	Dezembro de 2024	
		Participação (%)	Direta
Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00	50,00
ConectCar			

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

Classificação vigente	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 01/01/2025		Nova Classificação Res. CMN 4.966/21
	Ativos financeiros	Remensurações	Ativos financeiros	Remensurações	
Ativos financeiros.....	192.720.301	(222.284)	192.498.017	(222.284)	
Instrumentos Financeiros - Cotas de Fundo de Investimentos ..	175.339.711	-	175.339.711	-	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - Cotas de Fundos de Investimentos Mensurados ao VJR
Instrumentos Financeiros Derivativos	160	-	160	-	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos Instrumentos Financeiros Derivativos - Mensurados ao VJR
Operações de Créditos (Empréstimos e Recebíveis) e Outros Créditos	18.870.909	8.698	18.879.607	8.698	Operações de Crédito - Mensurados ao Custo Amortizado
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa.....	(1.490.479)	(230.983)	(1.721.461)	(230.983)	Perda Incorrida / Perda esperada
Passivos Financeiros	(14.876.739)	-	(14.876.739)	-	
Depósitos.....	(227.632)	-	(227.632)	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(4.002.208)	-	(4.002.208)	-	Mensurados ao Custo Amortizado
Relações Interfinanceiras.....	(10.646.819)	-	(10.646.819)	-	

2.5.2. TAXA DE JUROS EFETIVA

Os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente a operação e nos valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21.

Dessa forma, nossos ativos mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, serão reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, equalizando o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto; e as operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Referente as operações de créditos classificadas na categoria custo amortizado, a Companhia optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origemação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método diferenciado de apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos custos materiais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº 352/23.

2.5.3. ATIVO PROBLEMÁTICO E STOP ACCRUAL

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas.

A Companhia não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento desta receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso. A Resolução CMN nº 4.966/21, define que as operações no estágio 3:

- Operações em default (ativo problemático) - Perda Esperada Lifetime;
- Atraso superior a 90 dias, podendo considerar um prazo inferior diante de evidência de que, nesse prazo, há redução significativa da capacidade financeira da

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

IMPACTOS ESTIMADOS DAS NOVAS NORMAS NOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A partir das mudanças trazidas pela Resolução 4.966/21 e normas correlatas, a Instituição observou seus impactos estimados em resultado, bem como em sua posição financeira e esses estão detalhados nos subtópicos abaixo:

2.5.1. CLASSIFICAÇÃO, MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E BAIXA

Conforme Circular nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários no Brasil eram classificados em três categorias, sendo elas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Com a Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR).

Considerando a carteira de ativos da Instituição, as operações que abrangem majoritariamente esses tipos de instrumentos são:

- Negociação de Títulos e Valores Mobiliários;
- Crédito Direto ao Consumidor;
- Operações de Cartão de Crédito.

As classificações desses instrumentos financeiros não foram alteradas, dessa forma resumimos no quadro a seguir as operações e respectivas classificações determinadas pela Resolução CMN 4.966/21:

Classificação vigente	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 01/01/2025		Nova Classificação Res. CMN 4.966/21
	Ativos financeiros	Remensurações	Ativos financeiros	Remensurações	
Ativos financeiros.....	192.720.301	(222.284)	192.498.017	(222.284)	
Instrumentos Financeiros - Cotas de Fundo de Investimentos ..	175.339.711	-	175.339.711	-	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - Cotas de Fundos de Investimentos Mensurados ao VJR
Instrumentos Financeiros Derivativos	160	-	160	-	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos Instrumentos Financeiros Derivativos - Mensurados ao VJR
Operações de Créditos (Empréstimos e Recebíveis) e Outros Créditos	18.870.909	8.698	18.879.607	8.698	Operações de Crédito - Mensurados ao Custo Amortizado
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa.....	(1.490.479)	(230.983)	(1.721.461)	(230.983)	Perda Incorrida / Perda esperada
Passivos Financeiros	(14.876.739)	-	(14.876.739)	-	
Depósitos.....	(227.632)	-	(227.632)	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(4.002.208)	-	(4.002.208)	-	Mensurados ao Custo Amortizado
Relações Interfinanceiras.....	(10.646.819)	-	(10.646.819)	-	

contraparte honrar suas obrigações nas condições pactuadas; ou

• Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Neste sentido, a administração avaliou que há evidências objetivas quanto a perda pelo valor recuperável em operações que possuem atraso igual ou superior a 90 dias. O novo regime de stop accrual introduzido pela Resolução afetará o reconhecimento de receitas de ativos classificados como problemáticos, com isso, especificamente em 1 de janeiro de 2025, admite-se que as Instituições Financeiras promovam (por ocasião da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023), admitiremos a remensuração no valor de R\$ 8.698 (R\$ 5.219 líquido) dos ativos financeiros em contrapartida da conta de lucros e prejuízos acumulados, para incorporar as rendas advindas de contratos não considerados como "ativos problemáticos", mas que estavam em stop accrual em 31.12.2024.

2.5.4. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS)

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os ratings previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas, onde as perdas eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após a identificação de um evento de perda, ou seja, evento passado.

Deste modo, sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.490.479. Com a chegada da Resolução CMN nº 4.966/21, adotaremos o modelo de perdas esperadas, onde a companhia passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e forward looking. Desta forma, a soma estimada de perdas esperadas será de R\$ 1.721.461 causando um impacto estimado de R\$ 230.983.

2.5.5. IMPACTOS ESTIMADOS EM PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os efeitos estimados estão demonstrados a seguir:

Conciliação Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	1.103.199
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.590)
Provisão para limite de crédito crédito não tomado	(78)
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual (i).....	5.219
Patrimônio líquido após ajustes da Res. CMN nº 4.966 - 01/01/2025	969.750
Provisão para Perdas	
Saldo da Provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	1.490.478
Efeito de adoção inicial Res. CMN nº 4.966.....	(230.983)
(i) Líquido de imposto	

2.5.6. IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A nova lei altera completamente a lógica de dedutibilidade das perdas. Regra geral, uma vez que o crédito é caracterizado como inadimplido deduz-se o resultado da multiplicação do crédito inadimplido pelo Fator A, e nos meses subsequentes a dedução se dá pela multiplicação do crédito pelo Fator B.

Quanto ao estoque de perdas, em síntese, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Caso o prazo seja insuficiente, permite a dedução em até 120 meses, se optado até 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, de acordo com os estudos realizados em 31/12/2024 a Instituição possui um saldo de impostos diferidos sobre perdas no valor de R\$ 711.763, do qual a estimativa de realização é de 11% em 2025, 14% no ano de 2026 e de 2027 a 2032 (prazo final de 84 meses, conforme legislação vigente e em referência) será uma realização fixa de 12%.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
3.2.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no exercício em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
3.3.1. INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocadas em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável)

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável. A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado.

O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de depósitos interfinanceiros e a prazo, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.7. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrua" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.9. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos judiciais; e
- da provisão para risco de créditos ("impairment").

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (<https://ri.Instituicaoouro.com.br/governanca-corporativa/conglomerado-prudencial/>).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas. Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100% em risco soberano.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5. RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo BACEN, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Instituição, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Instituição e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

(e) POR NÍVEL DE RISCO

Nível de risco	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamentos	Empréstimos	Total da carteira	Provisão total (*)	Total da carteira	Provisão total (*)
AA	–	–	354.763	187.299	542.062	–	461.902	–
A	0,5	12.994.277	679.377	770.983	14.444.634	72.224	13.102.331	65.513
B	1	244.987	72.529	121.525	439.042	4.390	280.492	2.805
C	3	894.098	75.571	76.519	1.046.188	31.386	838.195	25.146
D	10	551.767	31.789	26.628	610.185	61.018	474.166	47.417
E	30	352.024	15.588	22.802	390.414	117.124	342.292	102.688
F	50	250.506	10.148	11.555	272.210	136.105	238.657	119.329
G	70	174.041	8.866	10.235	193.142	135.199	169.298	118.509
H	100	868.340	23.263	41.429	933.032	933.032	979.609	979.532
		16.330.040	1.271.894	1.268.975	18.870.909	1.490.478	16.886.942	1.460.939

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Capital regulamentar		
Nível I	1.888.100	1.541.444
Capital principal	1.614.241	1.490.156
Capital complementar	273.859	51.288
Nível II	644.289	664.907
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	644.289	664.907
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	2.532.389	2.206.351
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	17.865.370	15.243.679
De mercado	131.919	70.446
Operacional	1.367.063	1.133.160
Ativos ponderados pelo risco (B)	19.364.352	16.447.285
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	2.033.257	1.726.965
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	499.132	479.386
Índice de capital (A/B)	13,08 %	13,41 %

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Depósitos bancários	203.397	489.504
Equivalentes de caixa (*)	16.251	384
	219.648	489.888

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos para negociação	Acima de 1 ano	Total	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos				
LFTs	159.089	159.089	17.996	4.158
LTNs	–	–	–	–
Total - circulante	159.089	159.089	17.996	4.158

A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários". Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i)	3.397.830	2.927.232
Financiamentos	1.271.894	1.560.700
Empréstimos	1.268.975	1.019.763
	5.938.699	5.507.695
Títulos e créditos a receber (ii)	12.932.210	11.379.247
	18.870.909	16.886.942

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vendidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes. (Ver nota explicativa nº15).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Sector privado		
Pessoas físicas	18.142.097	16.250.112
Comércio	689.990	20.407
Intermediadores financeiros	22.188	17.370
Indústria	16.499	442
Outros serviços (*)	135	598.611
	18.870.909	16.886.942

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer		
Até 90 dias	13.329.282	11.774.467
De 91 a 360 dias	986.479	996.403
Acima de 360 dias	1.077.398	1.098.041
Vencidos		
Até 14 dias	1.096.270	843.028
Acima de 14 dias	2.381.478	2.175.003
	18.870.909	16.886.942

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
1 a 10 maiores devedores	76.180	61.178
11 a 60 maiores devedores	75.976	58.338
61 a 160 maiores devedores	77.938	58.697
Demais devedores	18.640.815	16.708.729
	18.870.909	16.886.942

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	1.460.939	1.208.075
Constituição de provisão	1.131.881	1.277.176
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(1.102.342)	(1.024.312)
	1.490.478	1.460.939

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Montante de créditos renegociados	1.502.161	738.807
Montante de créditos recuperados	564.588	538.337
Montante de créditos baixados como prejuízo	(1.666.927)	(1.562.649)
	399.822	(285.505)

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cartão de crédito	233.965	152.474
Depósitos judiciais	50.670	47.132
Impostos a compensar	43.361	61.437
Adiantamento a fornecedores e funcionários	3.270	4.209
Transações com partes relacionadas (i)	2.490	978
Outros	15.785	10.404
	349.541	276.634
Circulante	298.871	229.503
Não circulante	50.670	47.131

(i) Vide nota explicativa nº 28.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	4.912	(4.912)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	545.782	280.808	(114.827)	711.763
Outras provisões	58.625	19.182	(1.879)	75.928
Provisão para obrigações legais	7.093	1.454	–	8.547
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	2.687	1.720	(628)	3.779
Provisão de participação de lucros	4.137	11.026	(15.161)	2
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	12.264	12.432	(24.696)	–
	630.588	331.534	(162.103)	800.019

11.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	100.253	141.151	89.579	88.809	88.801	291.426	800.019

11.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	184.412	320.202	77.684	(61.775)
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(73.765)	(128.081)	(31.074)	24.710
Juros sobre capital próprio	12.800	23.812	13.960	29.638
Doações/ incentivos	9.107	9.866	74	74
Inovação tecnológica	6.662	6.662	2.450	2.450
Equivalência patrimonial	2.827	5.835	1.902	3.685
Depósitos judiciais	1.388	1.388	–	–
Participação nos lucros - administradores	(1.727)	(3.953)	–	–
Outros	(4.263)	(4.237)	(1.030)	217
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	26.794	39.373	17.356	36.064
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(46.971)	(88.708)	(13.718)	60.774
Taxa efetiva (D/-A)	25,5 %	27,7 %	17,7 %	98,4 %

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado patrimonial de 2024	Saldo em 31 de dezembro de 2024
ConectCar	114.600	14.587	129.187
Combinação de negócios (i)	36.389	–	36.389
	150.989	14.587	165.576

(i) Ativos contemplados nos investimentos da Instituição referem-se à combinação de negócios celebrada em contrato em junho de 2021 com a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar").

13. INTANGÍVEL
13.1. COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
Taxas amortização (% a.a.)	Amortização	Valor	Amortização	Valor
"Software"	48.707	(12.051)	36.656	32.119
Ágio - ConectCar (i)	43.974	(33.420)	10.554	43.974
	92.681	(45.471)	47.210	76.093

(i) Vide nota explicativa nº 12.

13.2. MOVIMENTO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	20.069	16.587	36.656
Ágio - ConectCar	21.107	(10.553)	10.554
	41.176	16.587	47.210

14. DEPÓSITOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

	Até 3 De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Recursos de letras financeiras (i)	497.391	446.705	617.053	2.441.140	4.002.289
Depósitos interfinanceiros - DI	–	–	–	–	200.090
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	37.519	190.113	–	227.632	114.188
	534.910	636.818	617.053	2.441.140	4.229.921
Circulante	–	–	–	1.171.728	2.333.387
Não circulante	–	–	–	3.058.193	1.762.015

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES
16.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Referem-se à participação nos lucros dos funcionários e dos dividendos a pagar.

16.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Imposto de renda	74.217	5.600
Contribuição social	58.610	398
Cofins	13.665	11.940
Pis	2.285	1.989
ISS	2.796	2.480
INSS	2.556	1.268
Outros	612	455
	154.741	24.130

16.3. PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão de benefícios a empregados	8.702	7.535
Fornecedores	85.676	85.574
Partes relacionadas (i)	26.543	–
Comissão a pagar	9.118	3.414
Outros	237	327
	130.276	96.850

(i) Vide nota explicativa 28.

16.4. PROVISÕES JUDICIAIS
16.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	51.556	45.946
Cíveis	7.762	5.723
Trabalhistas	1.688	996
	61.006	52.665

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (i)	48.182	44.754
PAT	3.374	1.192
	51.556	45.946

I. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado desta ação refere-se ao questionamento, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se o julgamento de recurso impetrado pela Instituição.

16.4.1.1. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PROVÁVEIS

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	45.946	5.723	996	52.665
Constituições	2.184	7.535	2.562	12.281
Êxito/reversões	(211)	(1.139)	(1.938)	(3.288)
Pagamentos	–	(5.210)	(34)	(5.244)
Atualização monetária	3.637	853	102	4.592
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.556	7.762	1.688	61.006
Quantidade de processos	2	2.691	61	2.754

16.4.2. POSSÍVEIS

A Instituição é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais	5.823	5.566
Cíveis	1.792	1.532
Trabalhistas	155	4
	7.770	7.102

16.5. DIVERSAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Operações com cartão de crédito	2.691.891	2.535.207
Programa de incentivo - cartão de crédito	144.774	113.855
Benefícios Pós-Emprego	1.594	1.656
Outras	48.575	68.489
	2.886.834	2.719.207
Circulante	2.885.240	2.717.551
Não circulante	1.594	1.656

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Parcela efetiva - valor justo	–	–
Contrato de swap	(2.142.434)	(2.819.863)
Passivo financeiro (objeto de hedge)	2.302.626	2.789.203
Total (A)	160.192	(30.660)
Parcela inefetiva (B)	(1.212)	–
Estratégias - Curva	–	–
Contrato de swap	(2.637.123)	(2.754.873)
Hedge de captações	2.625.839	2.765.410
Total (C)	(11.284)	10.537
Instrumentos financeiros (A+C)	148.908	(20.123)
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	158.980	(30.660)
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	95.388	(18.396)

18. PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O saldo refere-se principalmente ao passivo diferido sobre instrumentos financeiros derivativos de "swap", conforme nota explicativa nº 17.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 654.117, dividido 16.675.720 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS
(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R\$ 94.852 (R\$ 83.277 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R\$ 252.234 (R\$ 294.224 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2024, a Administração da Companhia aprovou nas Reuniões de Diretoria as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros, todos os valores foram pagos na data de sua aprovação.

Para o resultado de 2024 também foram aprovados e pagos dividendos e JCP, conforme detalhamento abaixo.

Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado
29 de fevereiro de 2024	15.000
28 de março de 2024	40.000
30 de abril de 2024	80.000
28 de maio de 2024	30.000
23 de julho de 2024	33.000
Total	198.000
JCP (destinação de 2024)	Valor Aprovado
28 de março de 2024	12.287
28 de junho de 2024	11.114
27 de setembro de 2024	14.280
27 de dezembro de 2024	12.920
Total	50.601

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	231.494	(1.001)
(-) Reserva legal - 5%	(11.575)	50
Resultado básico para determinação do dividendo	219.919	(951)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	54.980	(238)
JCP distribuído - líquido (*) (a)	50.601	–
Dividendos complementares (b)	4.379	–
Total de dividendos e JCP (a + b)	54.980	–
Total por ação (R\$)	3,2970	–
Quantidade de ações	16.676	16.676

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Receita de variação cambial	33.420	46.700	10.932	21.257
Receitas de incentivo - cartão de crédito	13.551	23.142	18.115	23.236
Contingências	1.716	2.785	2.131	-
Outras	4.061	7.040	6.090	7.359
	52.748	79.667	33.006	51.852

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Despesas com recuperação (i)....	(672.193)	(1.306.286)	(143.779)	(494.799)
Desconto concedido	(143.257)	(299.029)	(168.400)	(284.853)
Programa de fidelização	(116.188)	(210.395)	(81.993)	(156.307)
Certificações	(85.912)	(159.352)	(73.384)	(121.553)
Despesas bancárias e de cobrança	(53.571)	(114.549)	(62.664)	(120.107)
Outras	(47.541)	(59.354)	(20.074)	(75.296)
	(1.118.662)	(2.148.965)	(550.294)	(1.252.915)

(i) Refere-se ao aumento de cessões de crédito.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
27.1. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 246 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 1.712 em 31 de dezembro de 2024.

27.2. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício...	1.656	1.184
Custo dos benefícios	155	108
Custo de juros	172	137
Benefícios pagos	(387)	(204)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(4)	432
Outros	2	-
Saldo final do passivo.....	1.594	1.657

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74 %	5,64 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,10 %	3,92 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10 %	3,92 %

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Porto Cia e Azul;
- Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura de pessoal para as empresas do Grupo Porto;
- Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;
- Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização; e
- Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Gestora e Porto Asset Management.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Consórcio	1.473	580	-	-
CDF	465	-	-	-
Porto Capitalização	225	122	-	-
Mobitech	190	164	-	-
Portopar	137	30	-	-
Porto Serviços e Comércio	-	23	-	-
Porto Cia e Azul (i)	-	-	2.538.065	1.522.956
	2.490	919	2.538.065	1.522.956

(i) Do montante de R\$ 2.538.065, R\$ 2.511.522 refere-se ao Private Label (R\$ 1.501.465 em 31 de dezembro de 2023).

DIRETORIA
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

PAULO SÉRGIO DE CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2024

O Comitê de Auditoria ("CoAud" ou "Comitê") foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2022 da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), como líder do Conglomerado Prudencial Porto Seguro ("Conglomerado"), formado pela Companhia, pela Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar") e pela Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), como órgão estatutário que se reporta diretamente à Diretoria das empresas do Conglomerado.

É composto por 3 membros, dentre eles 1 profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria do mercado.

Para a eleição dos membros foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis.

Suas funções e responsabilidades são exercidas em atendimento à legislação, ao Estatuto Social da Companhia e ao Regimento próprio, competindo ao CoAud, principalmente: (i) supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; (ii) supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; (iii) zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; (iv) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas ao Conglomerado, além de regulamentos e políticas internas; (v) zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras ("DFs") do Conglomerado; e (vi) zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

Ademais, no desempenho de suas atribuições, o Comitê reúne-se com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de contabilidade, com os auditores internos e auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de compliance.

No período compreendido entre 01 de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024 foram realizadas quatro reuniões, todas registradas em ata e assinadas pelos membros, tendo estes comparecido a todas as reuniões.

Os principais assuntos cobertos pelo Comitê no decorrer do 2º semestre de 2024 foram: **Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos:** O Comitê acompanhou de perto as atividades da área de Controles Internos ao longo do segundo semestre de 2024, com especial atenção às iniciativas relacionadas à conformidade regulatória.

Durante esse período, o Comitê manteve diálogo contínuo com os gestores das diversas áreas de negócio, monitorando o progresso dos Planos de Ação destinados à resolução dos pontos identificados pela Auditoria Interna, assim como aqueles apontados pelos auditores externos.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT, com o objetivo de proteger a reputação da Porto e promover uma atuação transparente, íntegra e sustentável em todas as suas operações.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria avalia como fundamentais os esforços contínuos para garantir e aprimorar a efetividade dos controles internos no Conglomerado, reconhecendo a importância dessas ações para o fortalecimento da governança e mitigação de riscos.

Auditoria Independente: A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é a empresa responsável pela auditoria externa das DFs, individuais e consolidadas da Portoseg (individual), Portopar (individual) e Porto Consórcio (individual), sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão e práticas contábeis.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a equipe da EY para discutir os trabalhos realizados, as percepções sobre os riscos identificados e eventuais preocupações levantadas pela auditoria, bem como a estratégia adotada para abordá-los. Essas discussões permitiram ao Comitê realizar uma análise fundamentada das DFs, bem como das Informações Trimestrais ("ITR").

O Comitê considera que a EY manteve sua independência e objetividade, e avaliou que os trabalhos foram conduzidos com a qualidade esperada, compatível com o porte e as características do Conglomerado.

Auditoria Interna: O Comitê acompanhou de perto as atividades da Auditoria Interna do Conglomerado, avaliando aspectos críticos como a estrutura, os recursos, as responsabilidades e a independência da área. Além disso, o Comitê revisou os principais relatórios elaborados pela Auditoria Interna durante o período, assegurando que os processos estivessem em conformidade com as melhores práticas de governança e controles internos.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: Em suas comunicações ao Comitê, tanto a Auditoria Interna quanto a Auditoria Independente não identificaram nenhum descumprimento relevante de legislação, regulamentação ou normas internas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Conforme mencionado nas notas explicativas nº. 2.5.4 e 9 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R\$ 1.490.478 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 e premissas adotadas pela Diretoria no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (vi) análise das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras da Instituição.

Governança, Capital e Compliance: No segundo semestre de 2024, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelos temas de Governança, Capital e Compliance para obter uma visão detalhada das ações desenvolvidas nas seguintes frentes: (i) Compliance; (ii) Solvência; (iii) Provisões; (iv) Obrigações Acessórias; (v) Monitoramento; e (vi) Processos de Governança. Essas reuniões foram fundamentais para o acompanhamento da gestão de riscos e da aderência às práticas de governança do Conglomerado.

Demonstrações Financeiras: O Comitê realizou uma reunião com a área de Contabilidade para analisar o desempenho e as Demonstrações Financeiras da Portoseg, Portopar e Porto Consórcio referentes ao segundo semestre de 2024. Na mesma ocasião, o Comitê se reuniu com a Auditoria Independente e tomou conhecimento do relatório das respectivas Demonstrações Financeiras do período.

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas nos períodos e ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras da Portoseg (individual), Portopar (individual) e Porto Consórcio (individual) estão prontas para serem apreciadas pelas acionistas/sócias das empresas do Conglomerado.

Parcer do Comitê de Auditoria: Durante o segundo semestre de 2024, o CoAud não registrou nenhuma denúncia relacionada ao não cumprimento de normas, à falta de controles, ou a qualquer ato ou omissão por parte da Administração do Conglomerado. Também não foram identificados sinais de fraudes, falhas ou erros que pudessem comprometer a continuidade da instituição ou a integridade de suas Demonstrações Financeiras.

O CoAud recebeu as referidas DFs, as discutiu com a EY e, ao final do processo, tomou conhecimento e debateu o relatório da auditoria.

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o CoAud recomenda aos/às acionistas/sócias, por unanimidade, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

LIE UEMA DO CARMO

Coordenadora

CYNTHIA NESANOVIS CATLET

Membro Externo

EDUARDO ROGATTO LUQUE

Membro Externo

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.5.4 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

App Porto

Gerencie seu cartão com
facilidade e segurança

<< Baixe agora

 Fatura
 Pagamentos



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>